



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

LEI ORDINÁRIA Nº 14.158, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DOS BANCOS A PROCEDEREM AS VISITAS DE COMPROVAÇÃO DE VIDA, EM CASO DE CLIENTES IDOSOS, E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM COMPROVADA CAPACIDADE DE MOBILIDADE REDUZIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,**  
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica determinada a obrigatoriedade aos Bancos a procederem às visitas de comprovação de vida, em caso de clientes idosos e demais portadores de necessidades especiais, com comprovada capacidade de mobilidade reduzida.

**Parágrafo único.** Para a consecução das finalidades abrangidas por esta Lei, as visitas a que se referem o *caput*, visando a uma maior segurança, devem ser previamente agendadas por solicitação do cliente titular da conta ou seu procurador e/ou responsável legalmente constituído, que poderá usar o número telefônico que for disponibilizado pela respectiva agência bancária.

**Art. 2º** Todas as agências bancárias que se encontrarem dentro da territorialidade do Município de João Pessoa estão obrigadas a destinar funcionário devidamente identificado para proceder as visitas com a finalidade da comprovação de vida do idoso solicitante.

**Art. 3º** O usuário de determinada agência bancária terá à disposição um número telefônico exclusivo para essa finalidade, podendo agendar previamente a visita do funcionário da agência para atendê-lo em sua residência, com dia e hora marcados.

**Art. 4º** A agência bancária que proceder ao descumprimento a esta Lei, terá em seu desfavor uma multa equivalente a 27,76 UFIRs do Município de João Pessoa, aplicada de conformidade com denúncia a ser recebida pelo PROCON-JP-PB.

**Parágrafo único.** Em caso de reincidência da infração pela agência bancária esta terá a multa lavrada em dobro, e assim sucessivamente se persistir outros descumprimentos da mesma natureza.




**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 5º** O descumprimento desta Lei configura-se quando, em outros casos, o cliente a que alusão esta Lei deixar de acessar o recurso mensal proveniente de sua aposentadoria ou pensão, pela falta de comprovação de vida, sendo o mesmo incapacitado de se deslocar a referida agência bancária.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 08 de junho de 2021.

  
**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
**PREFEITO**

Autoria: Vereador José Luiz Gonçalves

**PUBLICADO NO SEMANÁRIO**  
**OFICIAL Nº 1793 Extra**

de 06 a 12 de junho de 2021

  
Orleide Mª O. Leão  
Mat. 63.-905-2